

Classe, raça e distinção: o impacto de Pierre Bourdieu no debate sobre estrutura social no Brasil

Clase, raza y distinción: el impacto de Pierre Bourdieu en el debate sobre la estructura social en Brasil

Class, Race, and Distinction: The Impact of Pierre Bourdieu on the Debate over Social Structure in Brazil

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves*

Universidade Federal de Bahia, Salvador, Brasil

anarodrigues@ufba.br

ORCID: 0000-0001-9121-882X

Maria Eduarda da Mota Rocha

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

me.rocha@uol.com.br

ORCID: 0000-0002-3683-6614

Citar como: Cavalcanti Alves, A. R. y da Mota Rocha, M. E. (2026). Clase, raza y distinción: el impacto de Pierre Bourdieu en el debate sobre la estructura social en Brasil. *Desde el Sur*, 18(1), e0003.

RESUMO

Este artigo reflete sobre os efeitos da recepção da obra de Pierre Bourdieu no debate sobre as classes sociais no Brasil e aponta as rupturas que ela provocou na discussão sobre a questão racial. A recepção de *A Distinção* no Brasil é observada principalmente nos estudos de estratificação desenvolvidos a partir da década de 2000. Bourdieu também exerceu uma influência decisiva no debate sobre as relações raciais, especialmente após a polêmica publicação, em 1998, do artigo «Sobre as artimanhas da razão imperialista», escrito em coautoria com Loïc Wacquant. Nesse marco, o texto analisa: (1) as condições que tornaram possível a incorporação de *A Distinção* e do modelo de estrutura social de Bourdieu no campo intelectual brasileiro; (2) sua posterior difusão na sociologia brasileira; e (3) a recepção controversa de Bourdieu no âmbito dos estudos raciais.

* Autora corresponsal: Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, Universidade Federal de Bahia, Salvador, Brasil. Correo: anarodrigues@ufba.br

PALAVRAS-CHAVE

Classe, raça, *A Distinção*, Pierre Bourdieu, Brasil

RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre los efectos de la recepción de la obra de Pierre Bourdieu en el debate sobre las clases sociales en Brasil y señala rupturas que provocó en la discusión sobre la cuestión racial. La recepción de *La distinción* en Brasil se observa principalmente en los estudios de estratificación desarrollados a partir de la década de 2000. Bourdieu también ejerció una influencia decisiva en el debate sobre las relaciones raciales, especialmente tras la polémica publicación, en 1998, del artículo «Sobre las astucias de la razón imperialista», escrito junto con Loïc Wacquant. En este marco, el texto analiza: (1) las condiciones que hicieron posible la incorporación de *La distinción* y del modelo de estructura social de Bourdieu en el campo intelectual brasileño; (2) su posterior difusión en la sociología brasileña; y (3) la controvertida recepción de Bourdieu en el ámbito de los estudios raciales.

PALABRAS CLAVE

Clase, raza, *La distinción*, Pierre Bourdieu, Brasil

ABSTRACT

This article reflects on the effects of Pierre Bourdieu's work on the debate over social classes in Brazil and highlights the ruptures it generated in discussions of race. The reception of *La Distinction* in Brazil is evident mainly in stratification studies developed from the 2000s onward. Bourdieu also exerted a decisive influence on debates about racial relations, particularly after the controversial 1998 publication of «On the Cunning of Imperialist Reason», co-authored with Loïc Wacquant. The article examines: (1) the conditions that enabled the incorporation of *La Distinction* and Bourdieu's model of social structure into the Brazilian intellectual field; (2) its subsequent diffusion in Brazilian sociology; and (3) the contentious reception of Bourdieu in the field of racial studies in Brazil.

KEYWORDS

Class, race, *Distinction*, Pierre Bourdieu, Brazil

1. Introdução

Neste artigo¹, buscamos analisar os efeitos da recepção de *A Distinção* no campo intelectual brasileiro, focalizando a apropriação do modelo bourdieusiano de estrutura social nos estudos sobre classe e desigualdades realizados a partir dos anos 2000. Bourdieu também terá uma recepção significativa no campo dos estudos sobre relações raciais no Brasil, a partir do final dos anos 1990, após a controversa publicação de *Sobre as artimanhas da razão imperialista*, em coautoria com Loic Wacquant, que será abordada em seguida.

Nesse sentido, discutiremos 1) as condições que possibilitaram a recepção de *A distinção* no campo intelectual brasileiro; 2) sua posterior difusão na sociologia brasileira, a partir de três chaves analíticas: as pesquisas sobre as classes dominantes brasileiras, o debate teórico sobre classes sociais e a análise da estrutura social brasileira e suas desigualdades; e 3) a recepção de Bourdieu no campo dos estudos sobre raça no Brasil.

A investigação se concentrou na análise da obra de autores(as) fundamentais para a disseminação do modelo teórico de Bourdieu na sociologia brasileira, bem como na análise de seus currículos lattes e entrevistas secundárias. Também foi analisada a troca de correspondências entre Bourdieu e pesquisadores(as) brasileiros(as) —consultadas pela autora no arquivo pessoal de Bourdieu, em Paris, em 2019.

Inicialmente marginalizado no campo acadêmico brasileiro, o modelo bourdieusiano de estrutura social foi gradativamente incorporado a partir dos anos 2000, tornando-se central na Sociologia brasileira, notadamente nos estudos sobre a estrutura de classes no país. Por outro lado, sua recepção parece ter contribuído para reforçar a clivagem entre o campo dos estudos sobre classe e os estudos sobre raça, ancorada em uma discussão sobre a precedência teórica de tais categorias na explicação da dinâmica das relações e desigualdades vigentes na sociedade brasileira. Com a publicação de *Sobre as artimanhas da razão imperialista*, observa-se ainda uma recepção heterogênea no campo dos estudos sobre raça, que se acomoda às disputas e polarizações existentes nesse campo.

2. A recepção «tardia» de *A distinção* no campo intelectual brasileiro

Alguns estudiosos e estudiosas da circulação internacional das ideias de Bourdieu levantam hipóteses explicativas a respeito da tradução

1 Uma versão ampliada deste artigo foi publicada como capítulo (Alves & Rocha, 2022) no livro *Bourdieu à Brasileira* (Rocha, 2022). As autoras declaram que não há conflitos de interesse a mencionar.

relativamente tardia de algumas das principais obras do autor, se comparada com a sua publicação original em francês. Gisèle Sapiro e Maurício Bustamante (2009) destacam a possível relação entre o tamanho do livro e o número de anos que leva para ele ser traduzido. Desse modo, livros mais curtos como *Sobre a televisão* e *Contra-fogos* foram traduzidos mais rapidamente do que obras como *A distinção* e *O senso prático*². A principal pesquisa de Bourdieu levou entre quatorze e dezoito anos para ser traduzida em diversos países. Já no Brasil, esse intervalo foi de 28 anos.

Outras hipóteses podem ser aventadas quando se observa que um livro como *As regras da Arte*, publicado na França em 1992, foi traduzido no Brasil apenas quatro anos depois, tornando-se uma obra fundamental para a consolidação da Sociologia da Cultura, que constitui uma das principais áreas do campo intelectual brasileiro, enquanto *A distinção* só mais recentemente tem sido lido nessa chave. Já nos Estados Unidos, a publicação dessa obra foi decisiva para o desenvolvimento da Sociologia da Cultura³ (Sapiro e Bustamante, 2009, p. 25; Sallaz e Zavisca, 2007, p. 29).

Essa diferença se reflete nas respectivas apropriações da teoria de classes de Bourdieu nos dois países. Assim, nas Ciências Sociais estadunidenses, focaliza-se sobretudo a relação entre capital cultural e reprodução social (Bertoncelo, 2009, p. 36). Já no Brasil, observa-se o desenvolvimento de uma Sociologia da Cultura de matriz bourdieusiana voltada para a relação entre campo cultural e campo do poder, impulsionada sobretudo pelo trabalho de Sérgio Miceli.

A partir da pesquisa realizada nos arquivos de Bourdieu, é possível observar o esforço de Miceli para publicar *A distinção* no Brasil logo após sua publicação na França. Nas correspondências trocadas com Bourdieu entre janeiro de 1979 e dezembro de 1980, Miceli destaca suas tentativas frustradas junto às editoras (Queiroz, Difel e Nova Fronteira), que por sua vez afirmavam os altos custos de composição da obra (quadros, gráficos etc.), apesar de reconhecerem sua relevância científica.

Aos custos editoriais se soma a própria estrutura do campo intelectual, considerada uma mediação crucial na importação de teorias sociais (Bourdieu, 1993; Bourdieu, 2002). Desse modo, diversos autores destacam certa resistência à inovação teórica no âmbito da sociologia paulista,

2 De acordo com os autores, a diferença média do ano de publicação das obras de Bourdieu na França e em outros países é de oito anos e meio no período entre 1958 e 2002.

3 Como consequência, *A distinção* torna-se a obra mais citada do autor nos periódicos estadunidenses analisados por Sallaz e Zavisca (2007), entre os anos de 1990 e 1994, inspirando análises comparativas, no âmbito da sociologia da cultura, sobre os processos de construção de fronteiras simbólicas entre diferentes grupos e classes sociais —a exemplo dos trabalhos de Michèle Lamont (1994, 2000).

encarnada na Universidade de São Paulo (USP), até os anos 1970/1980, e então dominante no campo intelectual brasileiro. Nesse período, a sociologia paulista era marcada pelos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo e pela predominância da teoria marxista⁴.

Bortoluci *et al.* (2015) ressaltam também a resistência dos próprios alunos à medida em que os textos de Bourdieu foram sendo progressivamente incorporados aos programas dos cursos de Ciências Sociais, devido ao clima de radicalização política no período da ditadura militar (1964-1985) e da influência do marxismo na academia. Nesse contexto, Bourdieu era interpretado «como um profeta da reprodução social inelutável e como um teórico excessivamente esquemático» (Bortoluci *et al.*, 2015, p. 233).

O endurecimento da Ditadura em 1968 condenou muitos professores ao exílio, acelerando a sucessão geracional e permitindo aos recém-chegados introduzirem novos temas e perspectivas teóricas. Ao mesmo tempo, diferentemente de outros países da América Latina, no Brasil, o Regime Militar investiu na consolidação de um sistema universitário e de pós-graduação que passou a sustentar um espaço mais multipolar no qual a obra de Bourdieu foi ganhando força.

Na primeira onda de difusão da obra no Brasil, dois polos se destacaram. Em São Paulo, Sergio Miceli liderou um grupo que se dedicou ao estudo da dominação simbólica em vários nichos da produção cultural. No Rio de Janeiro, Moacir Palmeira e Lygia Sigaud orientaram pesquisas sobre a reconversão das classes populares no contexto da industrialização e da reconfiguração do mundo rural, sobretudo no Nordeste. O forte trabalho editorial do grupo paulista, além de seu vínculo com a tradição modernista e a problemática do papel dos intelectuais na construção nacional, contribuiu para consolidar uma sociologia da cultura, interessada no campo da produção erudita, como uma das principais áreas da sociologia brasileira (Martins, 2018).

A despeito disso, o debate sobre classes sociais permaneceu fortemente atrelado à conjuntura política do país, nos anos 1980 e 1990, marcada pela luta pela redemocratização e pela emergência dos novos movimentos sociais. Nesse sentido, o tema das classes sociais será vinculado sobretudo a uma sociologia política voltada à análise das relações entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais —o que explicaria, em certa medida, o pouco interesse por uma obra como *A distinção*, na qual a análise da estrutura de classes e de seus mecanismos de reprodução enfatiza a centralidade das práticas culturais (Bortoluci *et al.*, 2015; Guimarães, 2002).

4 Sobre essa questão, ver Sallum Jr. (2016).

Como consequência, Bourdieu não foi incorporado decisivamente ao debate sobre classes sociais desenvolvido na sociologia brasileira, nem encarado como um teórico importante sobre o tema, até meados dos anos 2000. Um sucesso editorial como a coletânea *Estrutura de classes e estratificação social*, organizada por Otávio Velho, Moacir Palmeira e Antônio Roberto Bertelli, publicada pela Editora Zahar pela primeira vez em 1966 e muitas vezes reeditada, jamais incluiu um texto do autor. Somente nos anos 2000 a teoria de Bourdieu será progressivamente incorporada às análises sobre classes sociais brasileiras e *A distinção* se tornará a obra mais citada do autor francês nos principais periódicos de Ciências Sociais do país⁵.

3. A difusão do modelo de estrutura social de Bourdieu na sociologia brasileira

Apesar da publicação tardia de *A distinção* no Brasil, é possível observar o desenvolvimento de estudos inspirados no modelo teórico de estrutura social de Bourdieu, apresentado naquele livro, antes disso, o que favoreceu sua recepção ampliada na sociologia brasileira a partir dos anos 2000.

Nesse sentido, é importante destacar que outros títulos de Bourdieu, publicados no Brasil desde os anos 1970, já apresentavam seu enfoque teórico sobre classes sociais. Cabe mencionar o texto «Posição de classe e condição de classe», presente tanto na coletânea organizada por Sérgio Miceli —*A economia das trocas simbólicas* (Bourdieu, 1987)— quanto no livro organizado por Neuma Aguiar —*Hierarquias em classes*—, ambos publicados em 1974. Além disso, em 1983, o texto «Gosto de classe e estilo de vida» saiu na coletânea *Pierre Bourdieu*, organizada por Renato Ortiz (1983) e publicada na prestigiosa *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, dirigida por Florestan Fernandes. Todos esses títulos favoreceram uma primeira difusão da teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu no país muito antes da publicação de *A distinção* em português.

Além disso, embora constitua um importante indicador da circulação internacional das ideias (Sapiro e Bustamante, 2009), a tradução de uma obra não constitui o único indício de sua recepção no país. Campos e Szwako (2020) mostram que *A distinção* não esperou sua tradução para o português para ocupar o topo da lista dos livros mais citados do autor nos principais periódicos brasileiros de Ciências Sociais entre 1999 e 2018.

5 Segundo Campos e Szwako (2020), *A distinção* foi a obra mais citada de Bourdieu no período entre 1999 e 2018, nos principais periódicos de Ciências Sociais do país, vinculados à Plataforma SciELO Brasil.

Contudo, tal dado não é suficiente para problematizar a afirmação acerca da recepção «tardia» da referida obra no Brasil, já que recobre um período iniciado vinte anos após a sua publicação na França. Tampouco é possível inferir sobre a incorporação da obra como referência de pesquisa no âmbito das ciências sociais brasileiras no período analisado, já que são consideradas em sua pesquisa todos os textos que fazem ao menos uma citação à obra. Propomos complementar essa análise com a interpretação da forma como se deu a apropriação do modelo de estrutura social de Bourdieu na sociologia brasileira nas últimas décadas, a partir de três chaves principais: a) a investigação das classes dominantes brasileiras; b) o debate teórico sobre classes sociais; e c) análise da estrutura social brasileira e das desigualdades sociais.

a) A análise das classes dominantes brasileiras

A análise da produção sociológica desenvolvida nas últimas décadas, que toma o modelo de classes de Bourdieu como referência teórica fundamental, permite destacar duas tendências principais. De um lado, a tendência de abordar o campo da cultura a partir da análise das frações das classes dominantes, que remonta à própria constituição de um campo da Sociologia da Cultura no Brasil, a partir dos anos 1970, desvelando as relações entre o campo cultural e o campo do poder. Tal tendência permanece expressiva nos dias atuais, desdobrando-se em outras áreas de investigação, como a Sociologia do Consumo e a Sociologia do Gosto. De outro lado, há uma crescente incorporação do enfoque de Bourdieu em um debate teórico sobre classes sociais que busca vincular o conceito de classe à noção de coletividade social.

Com relação à primeira tendência, é possível destacar o trabalho de Carolina Pulici, que pode ser considerada uma das principais integrantes da geração mais recente da rede de cooperação científica estabelecida entre a França e o Brasil desde os anos 1970 —tendo coeditado o livro *Classes sociales et rapports de classe*, publicado pela Maison des Sciences de L'Homme em 2015 e participado da coletânea *Trente ans après La Distinction*, organizada por Phillip Coulageon e Julian Duval em 2013.

Em sua tese de doutorado, Pulici (2010) se apropria dos instrumentos conceituais contidos em *A distinção* para analisar os mecanismos de distinção social através do gosto vigentes entre os membros das classes altas de São Paulo. Segundo a autora, assim como na França e na Grã-Bretanha, há uma fração da classe alta paulista cujas práticas de consumo artístico e cultural atuam como meio de reconhecimento mútuo e facilitador de relações sociais no interior da referida fração. Contudo, apesar de se vincular à expansão e consolidação de seu montante de capital social, tais

atividades não exprimem um padrão de gosto vanguardista. Pulici (2011, p. 125) afirma que suas preferências e aversões estéticas exprimem um gosto tradicional, no mesmo sentido apresentado por Bourdieu, de preferências por gostos culturais bem estabelecidos em detrimento dos modernismos artísticos e do vanguardismo.

Tal como Bourdieu (2013), a autora destaca certa homologia nos gostos da elite paulista em matéria de arquitetura, pintura, cinema e teatro. A autora destaca as especificidades das práticas culturais das elites brasileiras com relação aos achados empíricos de Bourdieu, já que no Brasil o gosto burguês consagraria os valores tradicionais da cultura clássica sem a pretensão de rejeitar a cultura de massa. Desse modo, Pulici se insere na já tradicional linha de pesquisa da Sociologia da Cultura, voltada à análise das classes dominantes, contribuindo também para a sistematização de uma Sociologia do Gosto no Brasil.

b) O debate teórico sobre classes sociais

A partir dos anos 2000, o modelo de estrutura social de Bourdieu foi gradativamente inserido em um debate teórico que busca reconstruir a teoria das classes sociais a partir da superação da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo e de uma articulação entre o conceito de classe e a noção de coletividade social. Nesse sentido, vale destacar a conferência *Classe, cultura e ação coletiva*, realizada por Brasília Sallum Jr. como parte das provas do concurso para Professor Titular em Sociologia Política da USP, em 2004⁶.

O autor propõe uma síntese das contribuições de Bourdieu e Karl Marx, na proposição de uma teoria renovada das classes sociais, defendendo sua articulação com os estudos sobre ação coletiva e movimentos sociais. O percurso adotado possibilita vincular Bourdieu a uma tradição muito cara à sociologia uspiana —dentro da qual o próprio autor havia sido formado—, além de situar sua teoria das classes no âmbito de uma sociologia política, que dominava o debate sobre classes sociais no Brasil até então.

Sallum Jr. (2005) busca explicar como a classe social é capaz de gerar ação coletiva e criar movimentos de protesto ligados a questões que, aparentemente, não remetem aos interesses de uma posição de classe específica —tais como o movimento ambiental e as lutas identitárias. Para o autor, a principal dificuldade encontrada na literatura é de natureza

6 Uma versão dessa conferência foi publicada na *Revista Lua Nova* com o mesmo título, em 2005.

teórica: «eles subestimam a relevância da cultura não apenas na *articulação* entre classe e ação coletiva, mas na *conformação* mesma dos dois termos» (Sallum Jr., 2005, pp. 23-24, grifos do autor).

A relação entre as condições objetivas e as práticas culturais dos agentes se estabelece a partir da noção de *habitus* de classe, manifesto muito mais em termos de um *inconsciente de classe* do que propriamente de uma consciência de classe (Sallum Jr., 2005, p. 28). Sallum Jr. (2005, p. 29) recupera a discussão realizada por Bourdieu sobre a relação entre classe social e posição política, que permitiria incorporar uma explicação estrutural acerca da variação nas posições políticas. Nessa perspectiva, as classes são percebidas como «*categorias construídas* que fixam probabilidades de ação, as quais só se efetivam por meio do *habitus* de classe e do sistema de símbolos que conformam estilos de vida e práticas de classe» (Sallum Jr., 2005, p. 30, grifos do autor).

Contudo, o autor questiona a harmonia entre experiência social e *habitus*, sugerida no modelo teórico de Bourdieu, considerando-a pouco apropriada para captar fissuras capazes de romper com o processo circular de reprodução social. A noção marxiana de contradição permitiria pensar o espaço permanente para o conflito societário e político, e construir uma teoria que articula estrutura social e ação coletiva, classe e transformação social. A possibilidade de variação das disposições inerentes a cada classe é dada não somente em função das posições e trajetórias de classe dos atores, mas da *própria experiência social* de cada classe —especialmente das dominadas—, entendidas como ambíguas e dinâmicas, dado que o sistema capitalista de classe é inerentemente contraditório e cíclico e termina por ampliar os limites dos esquemas pré-reflexivos de percepção que caracterizam cada *habitus* de classe (Sallum Jr., 2005, p. 40, grifos do autor). A construção de uma concepção ampliada de *habitus* é percebida como possibilidade de converter a teoria de Bourdieu em uma teoria da ação coletiva capaz de explicar a emergência de movimentos de contestação à ordem estabelecida.

De modo semelhante, Edison Bertoncelo pesquisou a pertinência da análise de classe na investigação dos padrões de sociabilidade cotidiana, tendo em vista o crescente questionamento acerca da conexão entre classe e status encontrado na produção sociológica recente. Nesse sentido, Bertoncelo (2013) analisou a possível associação entre práticas sociais e relações de classe a partir de um estudo empírico, de natureza quantitativa, ancorado na Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) e num modelo indutivo de classe —segundo o qual são observadas, em primeiro lugar, as práticas dos agentes sociais, sua distribuição relacional no espaço e as possíveis fronteiras simbólicas emergentes, para em seguida investigar

se tais fronteiras simbólicas demarcam divisões sociais significativas entre classes e outros grupos sociais.

Se a ACM se mostra a técnica estatística mais adequada para a construção de tais espaços simbólicos —por não determinar aprioristicamente uma relação causal entre as variáveis, nem estabelecer uma hierarquia entre elas— o enfoque relacional de Bourdieu, estruturado na construção dos três espaços (espaço social, espaço do *habitus* e espaço simbólico), é considerado o mais apropriado para a elaboração dos mapas culturais das escolhas e práticas dos agentes. Tal modelo permite superar a unidimensionalidade das perspectivas analíticas que tendem a diminuir a importância da cultura na constituição das relações de classe. Segundo Bertonecelo (2013), a perspectiva bourdieusiana permite conceber as classes como coletividades sociais constituídas tanto no plano material como no plano cultural e focalizar a construção de fronteiras simbólicas e sociais nas práticas classificatórias e classificáveis dos agentes.

Utilizando um banco de dados sobre a cidade de Belo Horizonte, o autor focaliza aspectos da sociabilidade cotidiana e sua possível relação com a posição de classe e outras categorias sociologicamente relevantes —como gênero e idade. Segundo Bertonecelo (2013, p. 190), a principal oposição observada diz respeito ao engajamento em práticas culturais realizadas dentro e fora do ambiente doméstico e sua relação com as diferentes posições de classe. As posições de classe superiores, como os profissionais, tendem a se engajar mais ativamente em atividades culturais realizadas fora da esfera doméstica do que aqueles em posições de classe inferiores, como os operários. Seu estudo aponta para a forte probabilidade de constituição das classes como *coletividades sociais*. Nas suas palavras,

por coletividade social entende-se que embora as classes não sejam atores coletivos realmente mobilizados para a ação, elas tampouco são apenas posições objetivas. Por se constituírem tanto no plano material quanto no plano cultural/simbólico, as classes conformam a sociabilidade cotidiana, afetando os padrões de interação e de associação e a configuração dos estilos de vida (Bertonecelo, 2013, p. 194).

O autor desenvolveu diversas pesquisas que reafirmam a relevância da classe social para explicar os padrões de escolha e a formação dos estilos de vida, e permitem relacionar a análise de classes aos estudos de mobilidade e estratificação social. No entanto, é sobretudo através das pesquisas de Jessé Souza que se observa uma difusão ampliada de *A distinção* no Brasil, bem como a tentativa de construção de um modelo de classes característico da sociedade brasileira, inspirado em Bourdieu.

c) Análise da estrutura social brasileira e suas desigualdades

Ao contrário do padrão de cooperação intelectual observado entre pesquisadores/as da Sociologia da Cultura e do Museu Nacional e o grupo de pesquisas de Bourdieu em diferentes gerações, as investigações de Jessé Souza dialogaram sobretudo com o campo intelectual alemão. Souza realizou seu doutorado na Universidade Karl Huprecht, em Heidelberg (Alemanha), com uma tese focada nas teorias da modernidade elaboradas por Weber e Habermas.

Souza utiliza o trabalho de Bourdieu na análise dos mecanismos de reprodução da desigualdade com o intuito de explicar as especificidades desse processo em sociedades periféricas e construir uma teoria crítica da modernidade brasileira. Desse modo, o autor se tornou um dos principais mediadores da recepção da obra de Bourdieu na sociologia brasileira contemporânea, contribuindo com a sua difusão para além do âmbito da sociologia da cultura, com ênfase na análise da desigualdade social⁷.

Embora o modelo bourdieusiano de estrutura social, traçado principalmente em *A Distinção*, seja de fundamental importância na construção de seu enfoque teórico, Jessé Souza herda algumas questões centrais do campo acadêmico brasileiro, especialmente o problema da especificidade da sociedade brasileira na sua relação com a matriz europeia.

O autor estabelece um debate crítico com as principais tradições sociológicas, tensionando o que considera certo diagnóstico do «atraso» na formação do país.

Para enfrentar esse problema, Souza recorre ao arsenal bourdieusiano, especificamente ao *modus operandi* da sua sociologia no tocante à reconstrução de uma dada estrutura social. Por um lado, a teoria de Bourdieu permite perceber que a sociedade brasileira não é tão diferente de outras sociedades capitalistas ocidentais já que possui uma estrutura de classes que pode ser reconstruída através dos conceitos de capital econômico, capital cultural e trajetória.

Souza afirma, portanto, a universalidade do modelo bourdieusiano de estrutura social. O que permite a importação desse modelo e sua readequação ao contexto brasileiro é a concepção relacional da classe social. Em *A Distinção*, Bourdieu parte da relação recorrente entre origem social

7 Campos e Szwako (2020, p. 19) destacam Jessé Souza como um dos autores mais citados junto com Pierre Bourdieu (57 artigos), somente atrás de Sérgio Miceli (90 artigos), Renato Ortiz (67 artigos) e Luís Felipe Miguel (60 artigos). De modo semelhante, uma breve pesquisa na plataforma *Google Scholar* permite observar que das 4.892 citações à obra *A distinção*, 769 estão relacionadas à obra *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, de Jessé Souza, publicada em 2010.

e práticas de consumo que permite identificar os diferentes *habitus* de classe, fundamento último de sua unidade relativa, para assim analisar os fatores mais importantes na definição de cada posição (volume e estrutura de capital, trajetória). De modo semelhante, Jessé Souza procede a uma reconstrução das classes sociais no Brasil orientado pelo método de Bourdieu, ainda que se servindo principalmente de dados qualitativos.

Segundo o autor, a chegada da corte portuguesa, em 1808, favoreceu uma segunda onda de penetração de instituições modernas no Brasil, especialmente Estado e mercado. Contudo, essas instituições chegaram no Brasil como artefatos prontos, descolados de um processo cultural de longa duração e sem o substrato moral capaz de assegurar a extensão de uma lógica igualitária a todos os cidadãos brasileiros. Para Souza, neste ponto reside tanto a semelhança quanto a diferença do Brasil com relação às matrizes europeias. Por um lado, os processos de classificação social passam a se basear nos atributos requeridos pelo mercado e pelo Estado, nomeados por Souza de «*habitus primário*», as disposições mínimas para que o indivíduo seja considerado digno e produtivo. Por outro lado, ao contrário das sociedades europeias, essas disposições não se generalizaram no Brasil, de modo que a «ralé estrutural» é a marca mais importante da estrutura social brasileira, quando comparada à sociedade francesa analisada por Bourdieu. A ralé é a fração de classe cuja principal característica é a ausência das pré-condições mínimas para a incorporação do *habitus primário* (Souza, 2009).

Souza lança mão do conceito de «*habitus precário*», definido como «tipo de personalidade e de disposições que não atendem às demandas objetivas para que um indivíduo ou grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade competitiva, e assim, gozar de reconhecimento social» (Souza, 2012b, p. 168). Revelar a origem, a reprodução no tempo e o «destino comum» de toda uma classe de excluídos permite desconstruir a ideologia da meritocracia, inclusive em sua versão mais recente, o neoliberalismo.

A obra de Bourdieu se presta, assim, à afirmação da classe como conceito fundamental para pensar a desigualdade no Brasil contemporâneo, de modo a superar a visão da dominação tradicional e aproximar a realidade brasileira do contexto ocidental englobante. Por outro lado, o autor avançaria com relação a Bourdieu ao problematizar a aquisição das disposições mínimas para o ingresso no mercado de trabalho, dada como certa nas sociedades capitalistas contemporâneas. É na «nova periferia» que esse fenômeno alcança uma dimensão de massa, de modo que esta é uma diferença fundamental, talvez a mais importante, entre o modelo de

estrutura social construído em *A Distinção* e aquele voltado à sociedade brasileira.

Posicionados acima da ralé, os «batalhadores» são a fração das classes populares que prospera empenhando o seu «*habitus* primário», adquirido através de uma socialização familiar baseada em uma «ética do trabalho duro e continuado» (Souza, 2012a, p. 50) sem, entretanto, alcançar a posição de classe média, cujo lugar social se baseia na posse significativa de capital cultural, também analisada por Souza.

Como em *A Distinção*, o sentido da pesquisa é o desmonte de uma visão «cor de rosa» sobre o mundo social, segundo a qual os conflitos de classe teriam sido superados, quer pela democratização do ensino e da cultura, mais clara no caso francês, quer pelo aproveitamento das oportunidades econômicas abertas no mercado de trabalho no Brasil —em um contexto de flexibilização e financeirização do capitalismo celebrado pela suposta ascensão de uma «nova classe média». Enquanto as classes dominantes se definiriam pela posse dos capitais impessoais que asseguram acesso privilegiado aos bens socialmente valorizados, os batalhadores compensariam o baixo volume de capital pelo autossacrifício que lhes permite aproveitar as oportunidades abertas pelo ciclo de expansão econômica, responsável pelo significativo processo de mobilidade ascendente na história recente do Brasil.

Para reafirmar a atualidade do problema da enorme desigualdade social brasileira, Souza nomeia como «classe média» o que Bourdieu trata como «fração dominada da classe dominante», já que o resultado é um modelo de estrutura social muito mais polarizado do que o francês. Reafirmar o fosso entre os batalhadores e a classe média no Brasil é uma forma de destacar essa polarização e dialogar com o debate mais recente sobre a reestruturação das classes sociais vigente no campo intelectual brasileiro (Souza, 2011).

Posteriormente, em texto publicado no *Dossiê Pierre Bourdieu* (2017), organizado por Souza em conjunto com Uwe Bittlingmayer, o sociólogo brasileiro destaca a importância de se construir uma teoria crítica da modernização para além de Bourdieu, capaz de explicitar os processos sociais e simbólicos de dominação, vigentes tanto nos países centrais como periféricos, de modo a analisar as desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo numa escala global. Como crítica a Bourdieu, Souza (2017, p. 247) recorre aos conceitos da teoria marxista, destacando a existência de um subproletariado que se constitui como parcela significativa da população mundial, em expansão em todo o mundo, o que faz declinar a problemática da especificidade da estrutura social brasileira.

Com relação ao campo sociológico brasileiro, as pesquisas baseadas no modelo bourdieusiano de estrutura social parecem contribuir para a oposição observada entre os estudos de classe e raça no Brasil, que divergem acerca do princípio explicativo da dinâmica das desigualdades no país. Isso aparece de modo explícito no caso de Souza que, buscando superar o que considera uma tendência de «nacionalismo metodológico» no campo intelectual brasileiro —a qual perceberia a questão racial como questão nacional—, reafirma a universalidade do conceito de classe em detrimento da categoria raça em sua análise dos processos de hierarquização e classificação social que emergem com a modernidade brasileira. Em outros casos, pesquisas ancoradas no arsenal bourdieusiano costumam relegar a segundo plano ou simplesmente desconsiderar a categoria «raça». Apesar disso, a teoria de Bourdieu também terá uma recepção significativa nos estudos sobre relações raciais no Brasil.

4. A recepção de Bourdieu nos estudos sobre raça no Brasil

Embora o modelo de estrutura social, tal como apresentado em *A distinção*, incorpore a origem étnica e variáveis como o gênero como critérios determinantes do conceito de classe construída (Bourdieu, 2013, p. 98), as relações raciais não tiveram relevância analítica no estudo empreendido por Bourdieu acerca da sociedade francesa, ao contrário das relações de gênero, cuja divisão sexual do trabalho foi destacada pelo autor nas práticas de cada classe social analisada. Talvez por isso não houve uma recepção significativa da referida obra no campo dos estudos raciais no Brasil, sobretudo considerando que um dos principais esforços observados neste campo se volta para a afirmação da dimensão racial das desigualdades no país, já que a destituição material da população negra costuma ser interpretada, também no campo intelectual, como resultante de uma desigualdade social e de classe (Guimarães, 2002, p. 47).

No entanto, Bourdieu adentra o campo dos estudos raciais no Brasil sobretudo a partir do final dos anos 1990, após a controversa publicação de *Sobre as artimanhas da razão imperialista*, em coautoria com Loïc Wacquant. Lançado na França em 1998, em *Actes de la Recherche em Science Sociales*, esse artigo foi publicado no mesmo ano no Brasil como prefácio do livro *Escritos de Educação*, coletânea organizada por Afrânio Catani e Maria Alice Nogueira —e também na revista britânica *Theory, Culture and Society* e, posteriormente, em diversas revistas de língua portuguesa e espanhola. O artigo suscitou um intenso debate em diversos países, com uma forte repercussão no campo intelectual brasileiro, que, segundo Lívio Sansone (2002, p. 7), «teve o efeito de uma bomba» para os(as) pesquisadores(as) das relações raciais no Brasil.

Desse modo, a revista *Estudos Afro-Asiáticos* —citada diretamente no artigo de Bourdieu e Wacquant—, publicou em 2002 um número especial organizado por Sansone, reunindo artigos de intelectuais brasileiros(as) e norte-americanos(as), contendo também a publicação do artigo de Bourdieu e Wacquant⁸.

Em seu artigo, Bourdieu e Wacquant (2002, p. 15) destacam o fenômeno do imperialismo cultural no mundo contemporâneo, que corresponde ao «poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornando-os irreconhecíveis como tais». Um dos casos trazidos pelos autores para demonstrar o imperialismo cultural exercido pelos EUA sobre as práticas intelectuais e políticas em todo o mundo foi justamente o debate sobre raça e identidade no Brasil. Segundo os autores, seria possível observar uma tentativa de universalização da noção de raça e do racismo e a imposição de categorias raciais estadunidenses, calcadas de maneira arbitrária na dicotomia entre brancos e negros até mesmo «em países em que os princípios de visão e divisão, codificados ou práticos das diferenças étnicas são completamente diferentes e em que, como o Brasil, ainda eram considerados até recentemente como contra-exemplos do “modelo americano”». Assim,

a maior parte das pesquisas recentes sobre as desigualdades étnico-racial no Brasil [...] esforçam-se em provar que, contrariamente à imagem que os brasileiros têm de sua nação, o país das «três tristes raças» [...] não é menos racista do que os outros; [...] Ainda pior, o racismo mascarado à brasileira seria, por definição, mais perverso, já que dissimulado e negado (Bourdieu e Wacquant, 2002, p. 19).

As pesquisas negligenciariam a lógica própria da constituição da ordem etno-racial brasileira, contentando-se, na maior parte dos casos, em substituir o mito da «democracia racial», «pelo mito segundo o qual todas as sociedades são ‘racistas’, inclusive aquelas no seio das quais parece que, à primeira vista, as relações sociais são menos distantes e “hostis”» (Bourdieu e Wacquant, 2002, p. 19).

Para Bourdieu e Wacquant (2002, p. 21), «a “globalização” das problemáticas americanas» seria possibilitada pelo «poder de consagração que esse país detém e dos benefícios materiais e simbólicos que a adesão mais ou menos assumida ou vergonhosa ao modelo norte-americano proporciona aos pesquisadores dos países dominados». Os autores destacam também o papel exercido por grandes fundações americanas de

8 O número contaria com uma tréplica dos autores franceses que ficou impossibilitada com a morte de Bourdieu neste mesmo ano.

filantropia e pesquisa na difusão da «doxa racial norte-americana» nas universidades brasileiras, através do financiamento de programas sobre Raça e Etnicidade, bem como da imposição de critérios de «*affirmative action* à maneira americana» às equipes de pesquisa como condição para obtenção de patrocínio (Bourdieu e Wacquant, 2002, p. 22).

Por fim, os autores destacam o papel exercido por pesquisadores americanos na promoção dos interesses hegemônicos de seu país —como é o caso de Michael Hanchard, fortemente criticado no artigo—, que vêm ao Brasil encorajar integrantes do movimento negro a adotar táticas do movimento afro-americano de defesa dos direitos civis, denunciando a categoria pardo com o intuito de mobilizar os brasileiros de origem africana, justamente num momento em que indivíduos de origem mista nos EUA estariam cobrando que o Estado americano reconheça oficialmente os americanos mestiços, ao invés de forçá-los a identificar-se como negros (Bourdieu e Wacquant, 2002, p. 23).

A crítica ao imperialismo cultural norte-americano com relação ao debate acadêmico no Brasil e às relações desiguais do intercâmbio intelectual entre os dois países foram as questões que tiveram maior aceitação por parte dos(as) acadêmicos(as) brasileiros(as) —pois já havia no país uma longa discussão sobre o dilema colocado pela importação de teorias sociais produzidas em outros contextos intelectuais. Cabe mencionar os trabalhos de Rita Segato sobre o tema e sua troca de correspondência com Bourdieu —consultada nos arquivos pessoais do autor— em 12 de novembro de 1999, na qual a antropóloga argentina, professora da Universidade de Brasília (UnB), encaminha alguns de seus trabalhos publicados no Brasil e nos EUA com a proposta de estabelecer uma futura troca intelectual. Contudo, segundo Sansone (2002, p. 6-7),

o que deixou surpreendidos e indignados muitos de nós, num artigo escrito também por Pierre Bourdieu, o socioantropólogo mais citado no Brasil [...] é a forma através da qual este mesmo artigo aponta a academia brasileira como sendo um conjunto de repetidores de verdades USA em termos de relações etno-raciais.

Para Sansone (2002, p. 7), a polêmica levantada por Bourdieu e Wacquant se trataria apenas de uma forma nova de lidar com um problema tão antigo quanto o campo dos estudos sobre raça, que tem se configurado desde o seu início, nos anos 1930, «como algo denso de tensões, agendas, pontos de vistas, olhares e desejos». Assim como Sansone (2002, p. 11), diversos autores(as) brasileiro(as) e estrangeiros(as) ressaltaram a complexidade do campo dos estudos raciais, marcado pela ausência de

monolitismo teórico e político que inviabilizaria interpretações unívocas (Santos, 2002; Telles, 2002).

Cumprir destacar que as tensões desse campo estavam ainda mais acentuadas no final dos anos 1990, com a emergência do debate sobre a implementação de cotas raciais nas universidades brasileiras, que dividiu intelectuais e adentrou o debate público. Desse modo, intelectuais contrários(as) às cotas raciais sustentavam argumentos semelhantes àqueles apresentados por Bourdieu e Wacquant no que diz respeito à importância da ideia de democracia racial para a formação nacional e aos riscos advindos com a possível racialização da sociedade brasileira, concordando, pelo menos parcialmente, com o argumento dos autores franceses —como é o caso de Peter Fry e Yvonne Maggie.

De outro lado, diversos(as) pesquisadores(as) colocaram em xeque o mito da democracia racial, destacando a dinâmica própria das desigualdades raciais, por meio do levantamento de um importante conjunto de estudos quantitativos desenvolvidos a partir dos anos 1970 que revelam o peso da discriminação racial na estruturação das relações e desigualdades no país, as quais, longe de serem reduzidas, foram agravadas com o desenvolvimento econômico e a modernização do país (Costa, 2002; Guimarães, 2002). Sérgio Costa (2002, p. 47) afirma que

o uso sociológico da categoria raça como polarização branco/não-branco seria legitimado pela constatação dos chamados estudos «estruturalistas», no final dos anos 70, de que as desigualdades sociais entre diferentes grupos étnico/cromáticos distinguidos nas estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) —preto, branco, amarelo, pardo e indígena— poderiam ser reunidos em dois grandes grupos, ora chamados de brancos e não-brancos, ora chamados de brancos e negros.

Tal constatação seria fundamental para destacar que a discriminação racial não se subordina à discriminação de classe, na medida em que mesmo quando se isolam os fatores de classe, ainda assim persistem desigualdades decorrentes dos atributos raciais, os quais podem ser apreendidos através da adoção da dicotomia branco/não branco como ordem classificatória. Esse argumento, considerado fundamental para legitimar a luta em defesa das ações afirmativas com recorte racial no país, também foi direcionado à crítica de Bourdieu e Wacquant (2002). Assim, ao contrário do que afirmam os autores franceses, Costa (2002, p. 49) considera tal dicotomia «uma contribuição analiticamente legítima e, do ponto de vista de uma política anti-racista, preciosa e indispensável».

Por outro lado, Costa (2002, pp. 47-48) não concebe a raça como categoria analítica geral da dinâmica da sociedade brasileira, na medida em que tal conceito não seria capaz de abranger as múltiplas estruturas hierárquicas existentes no país, como a clivagem de gênero, origem e classe. Mais recentemente, o autor avançou na construção da noção de situação interseccional, que visa expandir o conceito weberiano de situação de classe, de modo a apreender as múltiplas hierarquias sociais entrelaçadas e independentes. Tal conceito parece convergir com a definição da posição no espaço social apresentado por Bourdieu em *A distinção*, e o próprio percurso do autor francês em seu diálogo crítico com Weber (Costa, 2025).

Por fim, Osmundo Pinho e Ângela Figueiredo (2002, p. 206) sustentam que os autores não empregaram adequadamente a crítica sobre a introdução de categorias estrangeiras ao caso brasileiro, negligenciando a própria história do campo acadêmico local, assim como a história das lutas raciais no país. Nesse sentido, eles discutem aspectos do debate sobre as relações raciais brasileiras ligados à formação do campo intelectual no país e às relações de colonialidade do poder e do saber que marcam a consciência intelectual nacional —estabelecidas como um modo de dominação que permite tanto a universalização de categorias históricas estrangeiras como a inferiorização de sujeitos coloniais, como o negro⁹.

Os autores afirmam que seria preciso historicizar e recolocar diante de seus próprios contextos as categorias «nativas» que têm servido para descrever e analisar as relações raciais no Brasil. Tal historicização conduz à constatação de que «durante toda a história brasileira o cânone do pensamento sociológico estabeleceu-se tomando como parâmetro modelos estrangeiros», a partir dos quais foi construído todo o edifício do pensamento racial (Pinho e Figueiredo, 2002, p. 192).

Nesse sentido, a reconstrução de uma forma de abordagem da problemática racial, calcada em uma nova transversalidade histórica, pode recorrer à importação de categorias estrangeiras, consideradas capazes de ajudar a historicizar aquelas categorias nativas excessivamente

9 A noção de colonialidade do poder do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000), bem como seus desdobramentos teóricos como colonialidade do saber, permitem pensar a dominação que atravessa a relação entre centro e periferia do capitalismo mundial e que são repostas internamente, seja pela importação de ideias e valores estrangeiros, seja pela reprodução das antigas hierarquias coloniais, a partir das quais os negros são socialmente produzidos como economicamente apropriados e culturalmente subalternizados.

comprometidas com o *status quo* racial local, as quais comprometeriam uma compreensão adequada dos processos sociais em questão. Aliás, os autores destacam que não é de hoje que agentes sociais negros no Brasil reivindicam a necessidade de reinterpretar a dinâmica racial brasileira, recorrendo a trocas internacionais não apenas com os Estados Unidos, mas também com a África e o Caribe, o que exprimiria o caráter transnacional deste campo de lutas e interpretação racial¹⁰ (Pinho e Figueiredo, 2002, p. 206).

A partir dessa discussão, Pinho e Figueiredo (2002) tomam como base diversos autores brasileiros que já haviam denunciado o tratamento etnocêntrico/eurocêntrico da questão racial no campo intelectual nacional, seja por meio de um modelo racista, seja através de um modelo culturalista. Tais modelos são encarados como técnicas de dominação social na medida em que possibilitam a legitimação de um conhecimento sobre o mundo produzido a partir da mentalidade do branco da posição social dominante, que estabeleceu historicamente uma relação de propriedade com o negro. O lugar do negro nas ciências sociais brasileiras tem sido, portanto, «imobilizado como uma categoria, subjugado como um objeto ou representado como uma alegoria» (Pinho e Figueiredo, 2002, p. 206). Nessa perspectiva,

o campo das Ciências Sociais brasileiras, notadamente no que se refere aos estudos de relações raciais, faz parte da história das relações de raça no Brasil. Tanto alimenta as interpretações que entram nas disputas efetivas, extrapolando o campo acadêmico propriamente dito, como, constituindo modelos de leitura legítimos para a realidade, ajuda a ocultar o que deveria esclarecer: as relações entre a produção do conhecimento e a estrutura desigual da sociedade brasileira, racialmente marcada (Pinho e Figueiredo, 2002, p. 198).

A reconstrução crítica da história do campo permitiria destacar sua posição solidária com relação ao contexto da violência racial que marcou as relações sociais no país. Além disso,

as novas categorias, muitas vezes resultantes da luta política pela emancipação em outros contextos, ou seja, categorias críticas, surgem plenamente conscientes de sua historicidade e posicionalidade, o que certamente deverá parecer muito aberrante para os poderes constituídos na nossa topografia epistemológica. Como, aliás,

10 As principais reações contrárias à afirmação sobre o imperialismo cultural nos estudos sobre raça no Brasil destacam o componente transnacional presente nas agendas de pesquisa, nos movimentos sociais e na própria constituição de identidades individuais e coletivas. Os artigos de Sérgio Costa (2002), Michael Hanchard (2002) e John French (2002) trazem argumentos nesse sentido.

pareceu aberrante a reivindicação de uma questão racial no Brasil, durante muito tempo e com muita ênfase vista como importação de uma problemática estrangeira (Pinho e Figueiredo, 2002, p. 199).

Nesse sentido, o que estaria em jogo no desconforto específico observado no meio intelectual brasileiro, e ao que parece involuntariamente repetido por Bourdieu e Wacquant, seria a autonomização de uma perspectiva que reivindica centralidade para a problemática racial no Brasil (Pinho e Figueiredo, 2002, pp. 206-207). Permanece, assim, o desafio da incorporação do modelo bourdieusiano de estrutura social que leve em consideração a dimensão racial, bem como as inter-relações entre classe, gênero e raça que se estabelecem na sociedade brasileira e, com as devidas variações, a nível global.

5. Considerações finais

A importância assumida pelo modelo de estrutura social proposto em *A distinção*, para os estudos sobre classes sociais e desigualdades no Brasil, possibilitou uma renovação das pesquisas sobre o tema, voltadas tanto à análise da estrutura social brasileira quanto à elaboração de novos construtos teóricos, que vão além do legado de Bourdieu e, em alguns casos, reivindicam sua validade global. Já o debate em torno das *Artimanhas da razão imperialista* trouxe à tona questões relevantes sobre o campo acadêmico brasileiro, contribuindo para uma discussão sobre a sua formação e principais clivagens. Esse debate revela a crescente percepção sobre a importância de fazer dialogar diferentes campos do conhecimento a fim de apreender as múltiplas formas de hierarquia e classificações que codeterminam a dinâmica das desigualdades e das injustiças sociais, tanto no centro quanto na periferia do capitalismo.

Contribución de autoría

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves participou em las fases de conceptualización, curación de datos, análisis formal, investigación, metodología y redacción del borrador original.

María Eduarda da Mota Rocha participou em las fases de conceptualización, curación de datos, investigación, supervisión, redacción, revisión y edición del texto final.

Fuente de financiamiento

Autofinanciado.

Potenciales conflictos de interés

Ninguno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, A. R. C. e Rocha, M. E. M. (2022). A classe, a raça e a distinção: Bourdieu e o debate mais recente sobre estrutura social no Brasil. Em M. E. M. Rocha (ed.), *Bourdieu à brasileira* (pp. 313-355). Confraria do Vento.

Bertoncelo, E. R. E. (2009). As classes na teoria sociológica contemporânea. *BIB, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 67, 25-49. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/321>

Bertoncelo, E. R. E. (2013). Classes e práticas sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(81). <https://www.redalyc.org/pdf/107/10725598012.pdf>

Bortoluci, J. H., Jackson, L. C. y Pinheiro Filho, F. A. (2015). Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Lua Nova*, 94, 217-254. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67339470008>

Bourdieu, P. (1987). Condição de classe e posição de classe. Em S. Miceli (org.), *A Economia das Trocas Simbólicas*. (2.^a ed.). Perspectiva.

Bourdieu, P. (1992). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Companhia das Letras.

Bourdieu, P. (1993). Concluding remarks: For a Sociogenetic Understanding of Intellectual Works. Em C. Calhoun, E. Lipuma y M. Postone (eds.), *Bourdieu. Critical Perspectives*. University of Chicago Press.

Bourdieu, P. (2002). As condições sociais de circulação internacional das ideias. Tradução de Fernanda Abreu. *Enfoques*, 1(1).

Bourdieu, P. (2013). *A distinção: crítica social do julgamento*. Zouk y Edusp.

Bourdieu, P. y Wacquant, L. (2002). Sobre as artimanhas da razão imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(1), 15-33. <https://ru.dgb.unam.mx/items/2a5e831d-2c17-4b39-948f-5070572ef36a>

Campos, L. A. y Szwako, J. (2020). Biblioteca Bourdieusiana ou como as ciências sociais brasileiras vêm se apropriando de Pierre Bourdieu (1999-2018). *BIB, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 91, 1-25. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/492>

Costa, S. (2002). A construção sociológica da raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(1), 35-61.

Costa, S. (2025). *Desiguais e divididos. Uma interpretação do Brasil polarizado*. Todavia.

French, J. (2002). Passos em falso da razão imperialista: Bourdieu, Wacquant e o Orfeu e o poder de Hanchard. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(1), 97-140. <https://www.scielo.br/j/ea/a/taf9msgBghdFV4Mn8ysm7rPg/?lang=pt>

Guimarães, A. S. A. (2002). *Classes, Raças e Democracia*. Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.

Hanchard, M. (2002). Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(1), 63-96. <https://www.scielo.br/j/eea/a/9yCw36HV9sP4zLn9QFXyM8C/?format=html&lang=pt>

Lamont, M. (1994). *Money, Morals and Manners. The Culture of the French and the American Upper-Middle Classes*. The University of Chicago Press.

Lamont, M. (2000). *The Dignity of Working Men. Morality and the Boundaries of Race, Class, and Immigration*. Harvard University Press.

Martins, C. B. (2018). As origens pós-graduação nacional (1960-1980). *Revista Brasileira de Sociologia*, 6(13). <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/374>

Ortiz, R. (1983). *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. [F. Fernandes, org.]. Ática.

Pinho, O. e Figueiredo, A. (2002). Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas ciências sociais brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(1), 189-210. <https://www.scielo.br/j/eea/a/KRk35jQPYkWzWK8M8rYfkkB/?lang=pt>

Pulici, C. (2010). *O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo*. [Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo].

Pulici, C. (2011). O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos*, 91, 123-139.

Quijano, A. (2000). Coloniality of power and eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, 15(2), 215-232. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0268580900015002005>

Rocha, M. E. M. (2022). *Bourdieu à brasileira*. Confraria do Vento.

Sallaz, J. y Zavisca, J. (2007). Bourdieu in American Sociology, 1980-2004. *Annual Review of Sociology*, 33, 21-41.

Sallum Jr., B. (2005). Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, 65, 11-42.

Sallum Jr., B. (Depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Sansone, L. (2002). Um campo saturado de tensões: o estudo das Relações Raciais e das Culturas Negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(1), 5-14.

Santos, J. T. (2002). De Armadilhas, Convicções e Dissensões: as Relações Raciais como *Efeito Orloff*. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(1), 167-187.

Sapiro, G. e Bustamante, M. (2009). Translation as a measure of international consecration. Mapping the world distribution of Bourdieu's books in translation. *Sociologica*, 2-3. <https://www.rivisteweb.it/doi/10.2383/31374>

Souza, J. (2009). *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. UFMG.

Souza, J. (2012a). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* UFMG.

Souza, J. (2012b). *A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica*. UFMG.

Souza, J. (2017). Para além de Bourdieu? Passos para uma teoria crítica da modernização. Em J. Souza e U. Bittlingmayer (orgs.), *Dossiê. Pierre Bourdieu*. UFMG.

Souza, J. (2018). *A classe média no espelho*. Estação Brasil.

Telles, E. (2002). As Fundações Norte-Americanas e o Debate Racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(1), 141-165.

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves es profesora del Departamento de Sociología de la Universidad Federal de Bahía y doctora en Sociología por la Universidad Federal de Pernambuco.

Maria Eduarda da Mota Rocha es profesora del Departamento de Sociología de la Universidad Federal de Pernambuco y doctora en Sociología por la Universidad de São Paulo.

Recepción: 30/9/2025
Aceptación: 16/1/2026